

# DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA UMA **POLÍTICA SOCIAL** ADEQUADA PARA LIDAR COM A PANDEMIA

Ricardo Paes de Barros (IAS/Insper)  
Laura Machado (IAS/Insper)

São Paulo, Setembro de 2020



# OS TRÊS GRANDES DESAFIOS IMEDIATOS DA POLÍTICA SOCIAL

## SAÚDE

**A.** *DECISÕES SOBRE DISTANCIAMENTO E ISOLAMENTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO SEUS IMPACTOS SOBRE A SAÚDE, A ATIVIDADE ECONÔMICA E A EDUCAÇÃO*

## EDUCAÇÃO

**B.** *AVALIAÇÃO DAS PERDAS EDUCACIONAIS, DEFINIÇÃO DO MOMENTO E SEQUENCIAMENTO DO RETORNO AO PRESENCIAL E DOS MECANISMOS DE MITIGAÇÃO DE PERDAS*

## TRABALHO

**C.** *REINSERÇÃO PRODUTIVA DA FORÇA DE TRABALHO. DEFINIÇÃO DE QUE SERVIÇOS OFERECER, IDENTIFICAÇÃO DE QUEM PRECISA DE ATENÇÃO E O QUE CADA UM PRECISA*

# TRÊS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA SOCIAL EFETIVA

**A.** *INFORMAÇÃO SOBRE **BOAS PRÁTICAS** ADOTADAS NO MUNDO E NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS. TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS.*

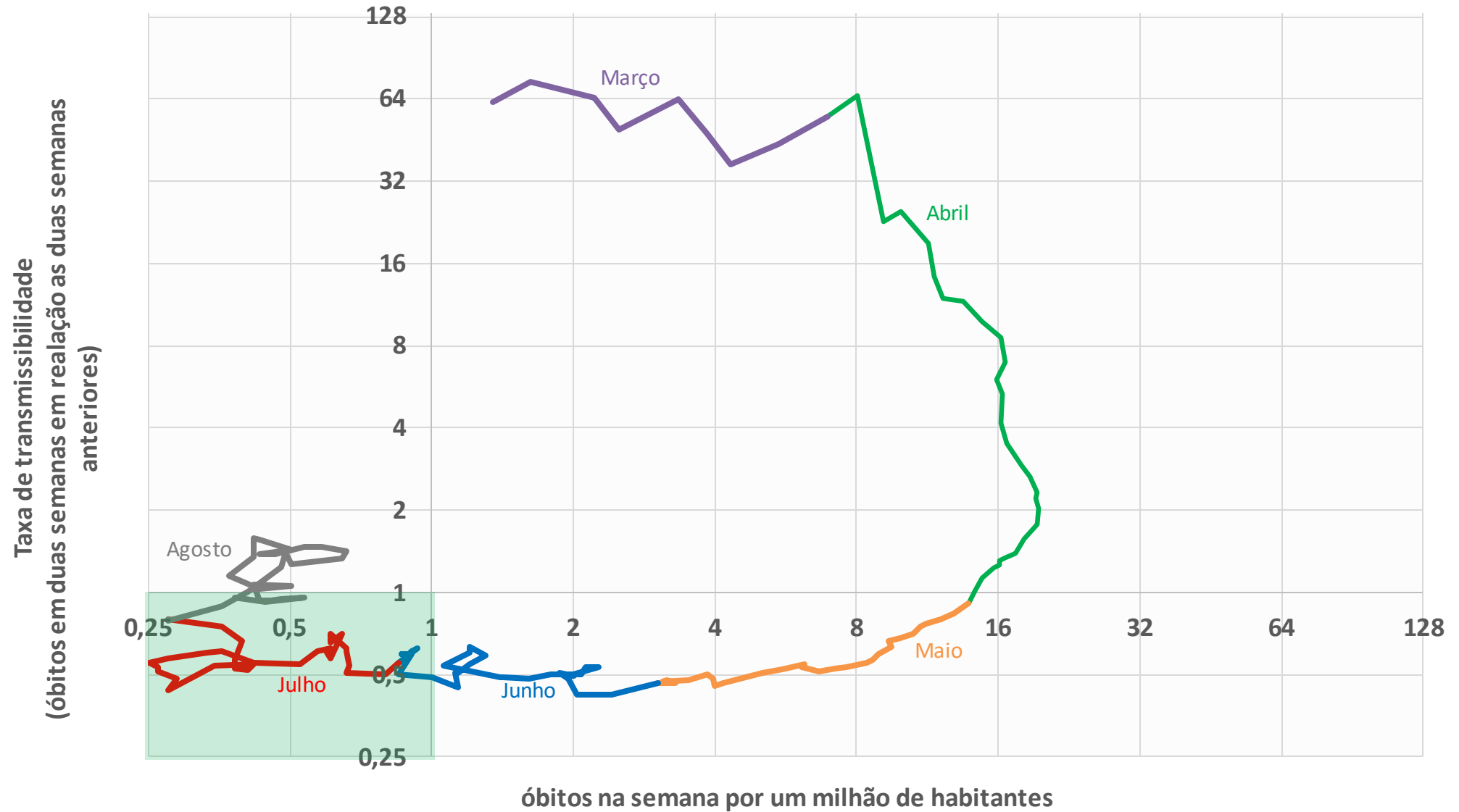
**B.** *ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS PARA A **SELEÇÃO** ENTRE PRÁTICAS DISPONÍVEIS E SUA **ADAPTAÇÃO** AO CONTEXTO DO MUNICÍPIO OU PARA O **DESENVOLVIMENTO** DE NOVAS PRÁTICAS*

**C.** *MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS ADOTAS COM VISTAS A IDENTIFICAR AS MAIS **EFETIVAS** NA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS E FACILITAR A SAÍDA DA CRISE*

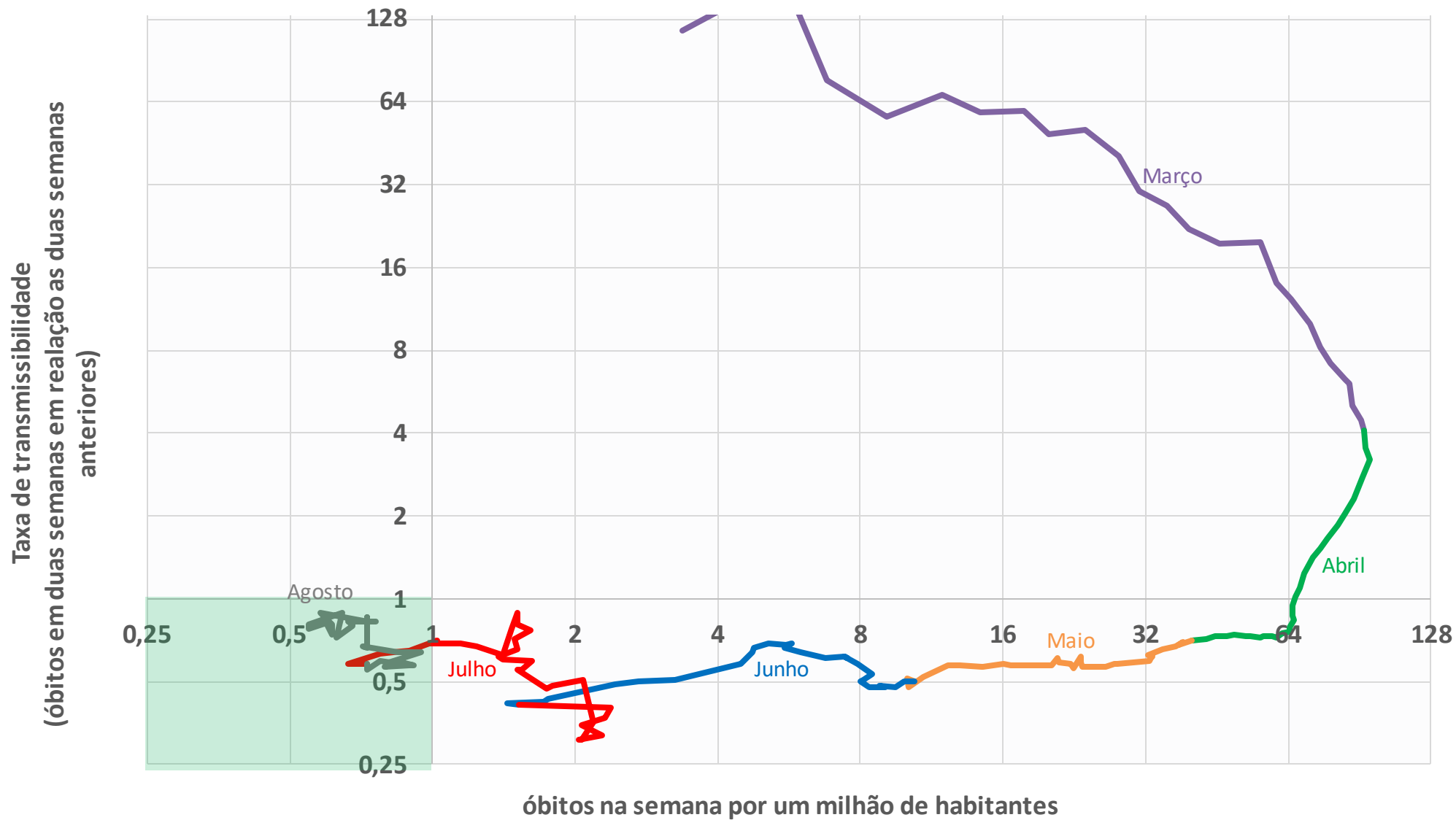
# DECISÕES SOBRE DISTANCIAMENTO E ISOLAMENTO

*A. NÃO UTILIZAR TAXAS DE TRANSMISSIBILIDADE PRÓXIMA A UNIDADE COMO CRITÉRIO*

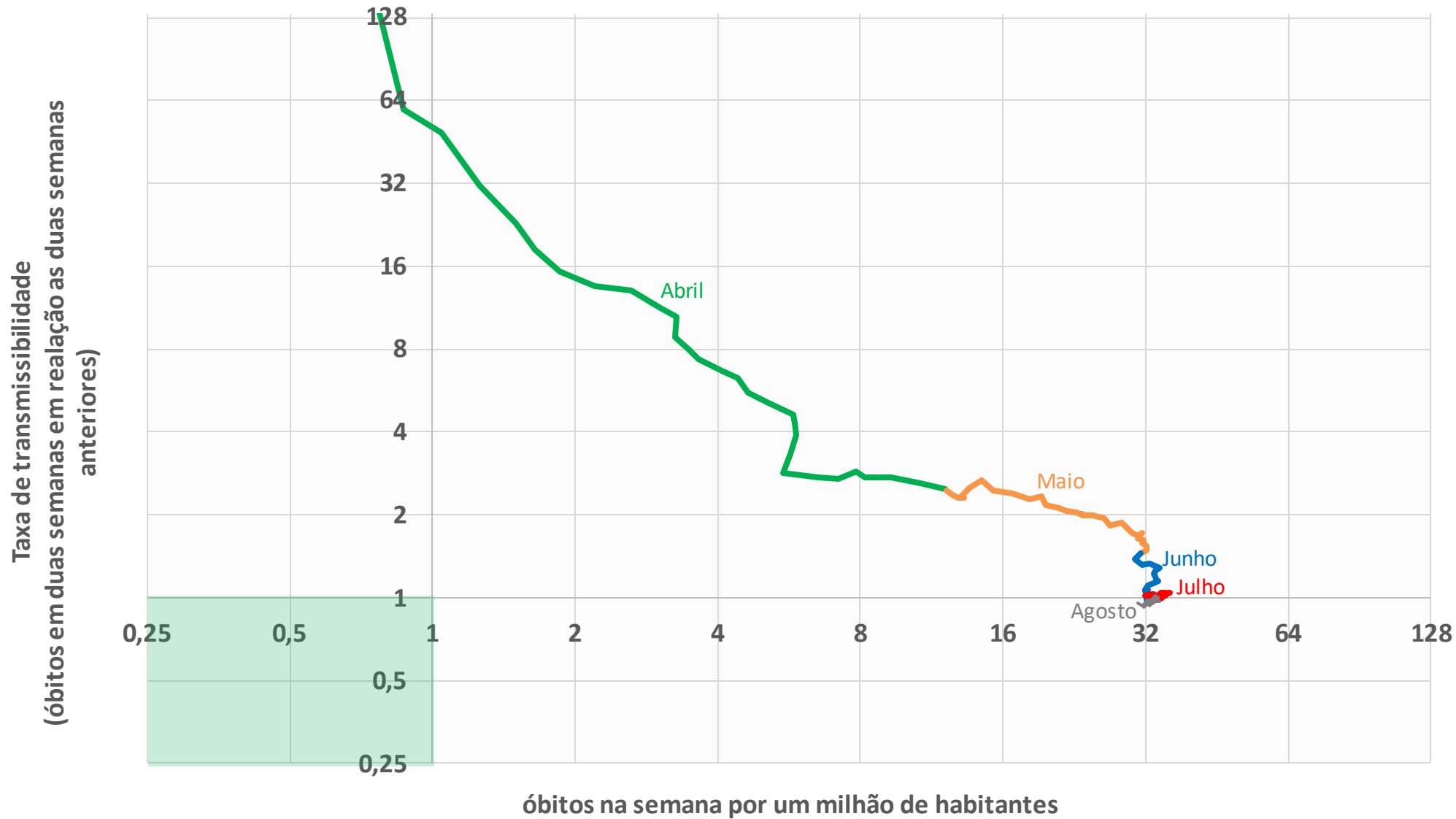
# EVOLUÇÃO DA PANDEMIA NA ALEMANHA



# EVOLUÇÃO DA PANDEMIA NA ITÁLIA



# EVOLUÇÃO DA PANDEMIA NO BRASIL

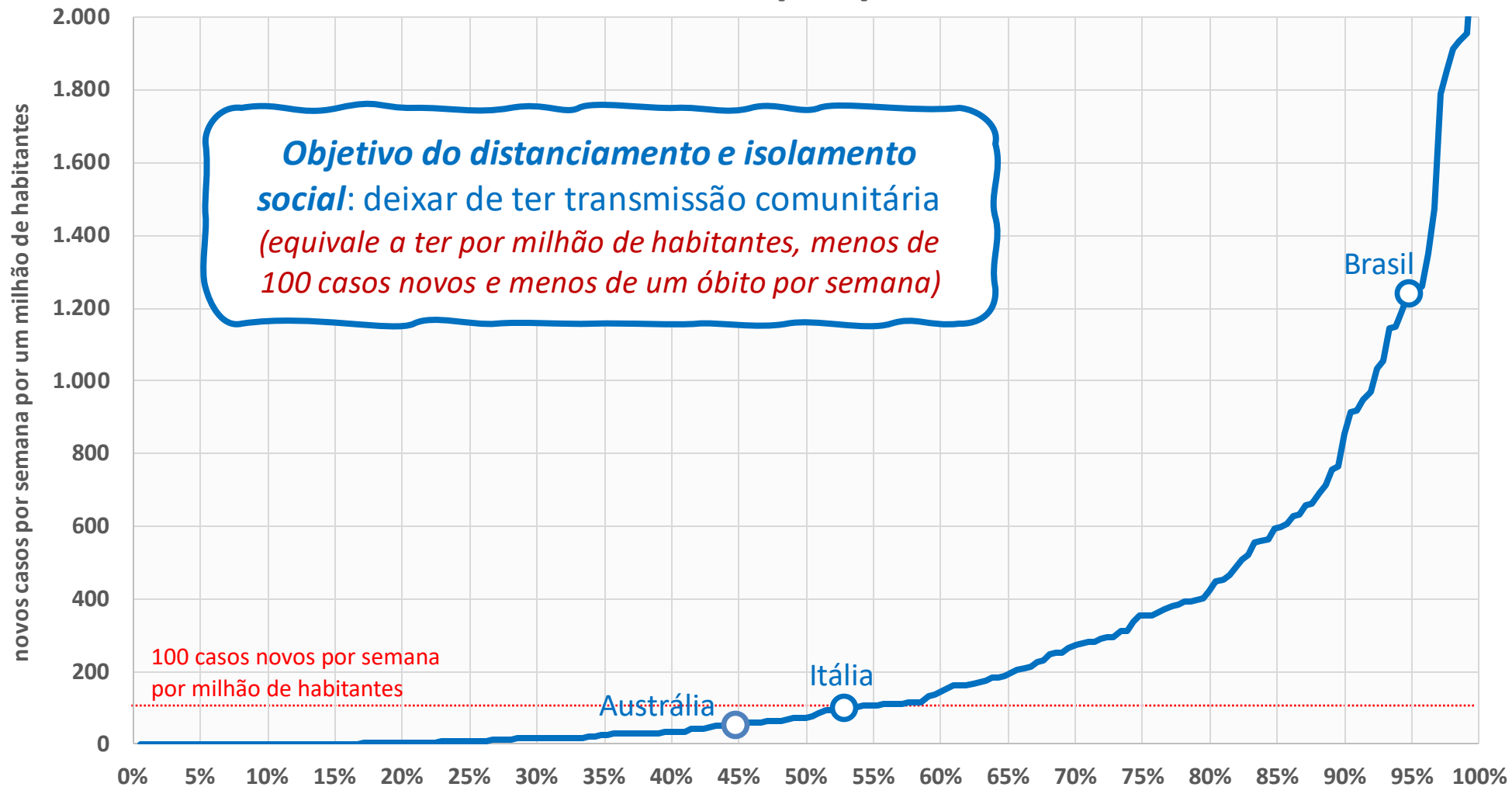


# DECISÕES SOBRE DISTANCIAMENTO E ISOLAMENTO

*A. NÃO UTILIZAR TAXAS DE TRANSMISSIBILIDADE PRÓXIMA A UNIDADE COMO CRITÉRIO*

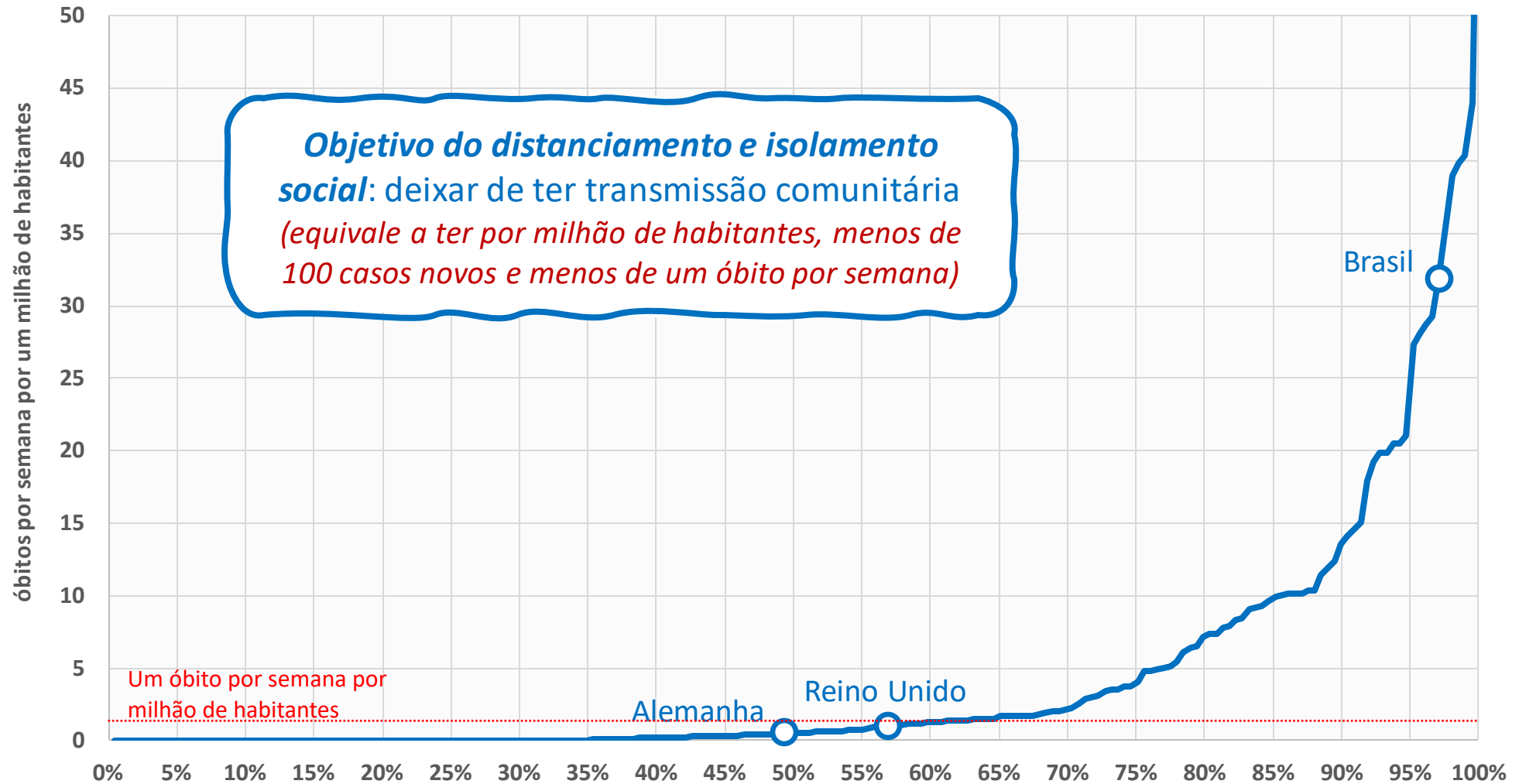
*B. REDUZIR O NÚMERO DE CASOS NOVOS POR SEMANA A MENOS DE 1 POR 10 MIL HABITANTES DE TAL FORMA QUE A TRANSMISSÃO POSSA **DEIXAR DE SER CLASSIFICADA COMO COMUNITÁRIA**, EXISTINDO CONDIÇÕES PARA A IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DA CONTAMINAÇÃO DE CADA CASO*

# Número de novos casos por semana<sup>1</sup> por um milhão de habitantes por país



Nota: 1. Semana de referência: 17 a 25 de agosto

# Número de óbitos por semana<sup>1</sup> por um milhão de habitantes por país



Nota: 1. Semana de referência: 17 a 25 de agosto

# DECISÕES SOBRE DISTANCIAMENTO E ISOLAMENTO

*A. NÃO UTILIZAR TAXAS DE TRANSMISSIBILIDADE PRÓXIMA A UNIDADE COMO CRITÉRIO*

*B. REDUZIR O NÚMERO DE CASOS NOVOS POR SEMANA A MENOS DE 1 POR 10 MIL HABITANTES DE TAL FORMA QUE A TRANSMISSÃO POSSA **DEIXAR DE SER CLASSIFICADA COMO COMUNITÁRIA**, EXISTINDO CONDIÇÕES PARA A IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DA CONTAMINAÇÃO DE CADA CASO*

*C. Os **BENEFÍCIOS** DO DISTANCIAMENTO E ISOLAMENTO EM MUITO **SUPERAM** OS SEUS **CUSTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS***

## Estimativa do custo das falidades e sua distribuição etária na ausência de políticas públicas promotoras de distanciamento social

Grupo etário	População (milhões)	População em risco (milhões) [Ro=4,0]	Taxa de mortalidade (%)	Previsão de fatalidades na ausência de distanciamento social (milhares)	Esperança de vida (anos)	Anos de vida perdidos (milhões)	Valor dos anos perdidos			Distribuição do valor dos anos perdidos	
							Absoluto (R\$bilhões) [OMS=3xPIB per capita por ano perdido]	Relativo por faixa etária (% PIB) [PIB=7,3 tri]	Relativo acumulado por faixa etária a partir dos mais velhos (% PIB)	por faixa etária (%)	acumulado a partir dos mais velhos
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>159</b>	<b>0,6</b>	<b>965</b>	<b>17,1</b>	<b>16,5</b>	<b>1.702</b>	<b>23%</b>	<b>23%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
0-9	29	22	0,0	0	72,8	0,0	3	0%	23%	0%	100%
10-14	31	23	0,0	2	63,1	0,1	10	0%	23%	1%	100%
20-29	34	26	0,0	8	53,7	0,4	44	1%	23%	3%	99%
30-39	34	26	0,1	22	44,5	1,0	100	1%	23%	6%	97%
40-49	29	22	0,2	35	35,5	1,3	130	2%	21%	8%	91%
50-59	24	18	0,6	107	27,0	2,9	297	4%	19%	17%	83%
60-69	17	13	1,9	242	19,2	4,7	481	7%	15%	28%	66%
70-79	9	7	4,3	290	12,6	3,7	378	5%	9%	22%	37%
80+	4	3	7,8	260	9,6	2,5	259	4%	4%	15%	15%

# DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE RETOMADA DO ENSINO PRESENCIAL E DAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO DAS PERDAS

***A. PRIORIDADE ABSOLUTA DEVE SER DADA AO COMBATE  
À EVASÃO***

2002



2010

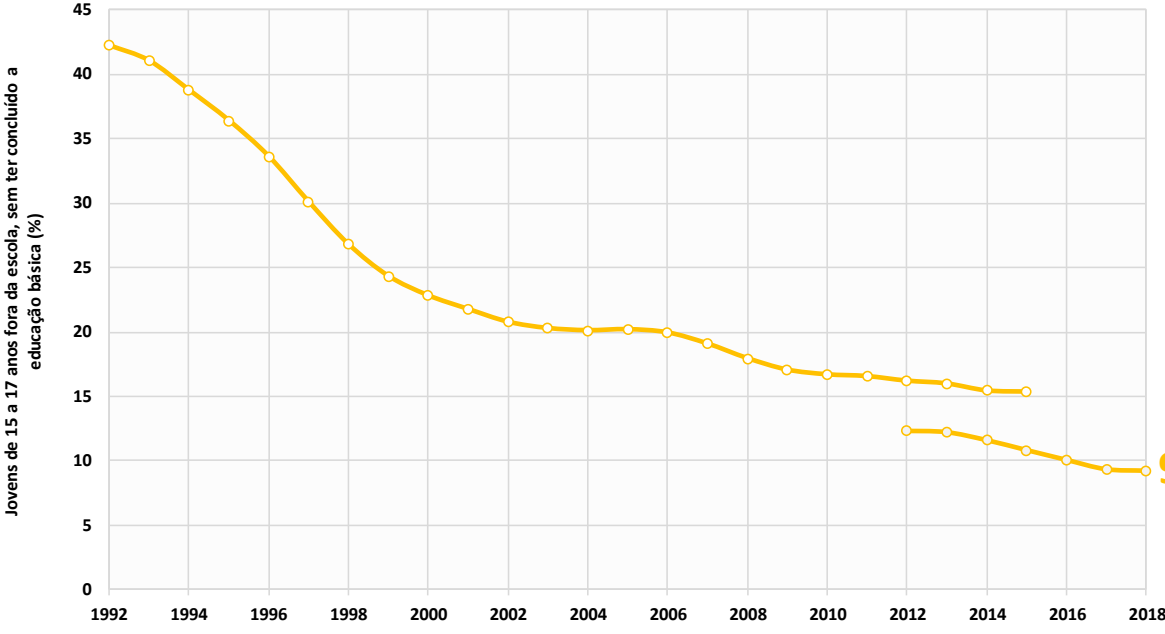


2018

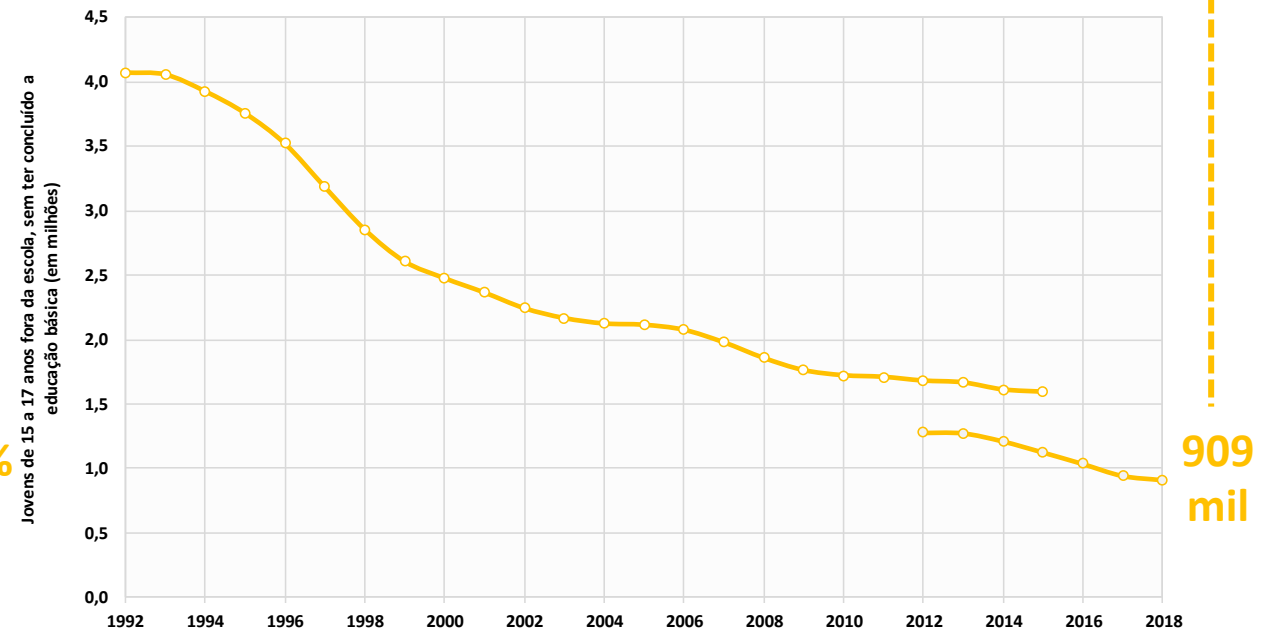


Em 2018 tínhamos 9,9 milhões de jovens de 15 a 17 anos. Desses, 909 mil (9,2%) não frequentavam a escola nem haviam concluído a educação básica

Evolução da porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que se encontram fora da escola, sem ter concluído a educação básica: Brasil, 1992 a 2018



Evolução do número de jovens de 15 a 17 anos que se encontram fora da escola, sem ter concluído a educação básica: Brasil, 1992 a 2018



Fonte: FRM/INSPE/Oppe Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e nas Projeções da População do IBGE.

Notas: (1) Os valores anuais são referentes a média móvel entre o ano de referência, o ano anterior e o posterior. Para obter o valor referente ao ano de 1992 foram utilizados os valores de 1992 e 1993. Para obter o valor referente a 2018 foram utilizados os valores de 2017 e 2018. (2) Idade ajustada para 31 de março do ano de

Fonte: FRM/INSPE/Oppe Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e nas Projeções da População do IBGE.

Notas: (1) Os valores anuais são referentes a média móvel entre o ano de referência, o ano anterior e o posterior. Para obter o valor referente ao ano de 1992 foram utilizados os valores de 1992 e 1993. Para obter o valor referente a 2018 foram utilizados os valores de 2017 e 2018.

2002



2010

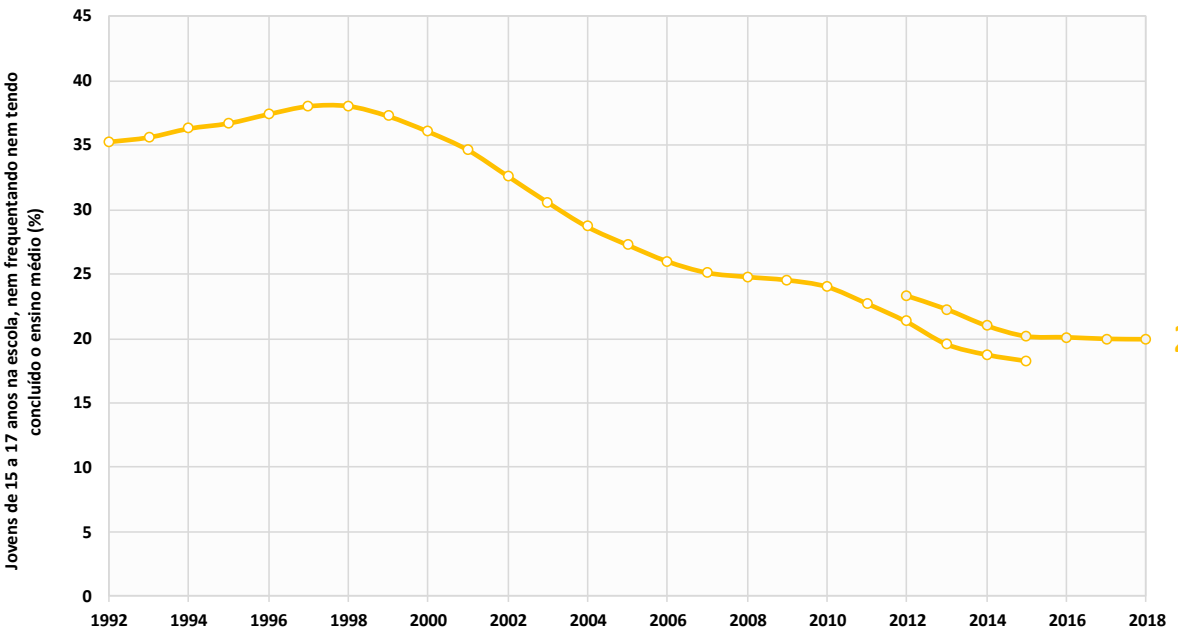


2018



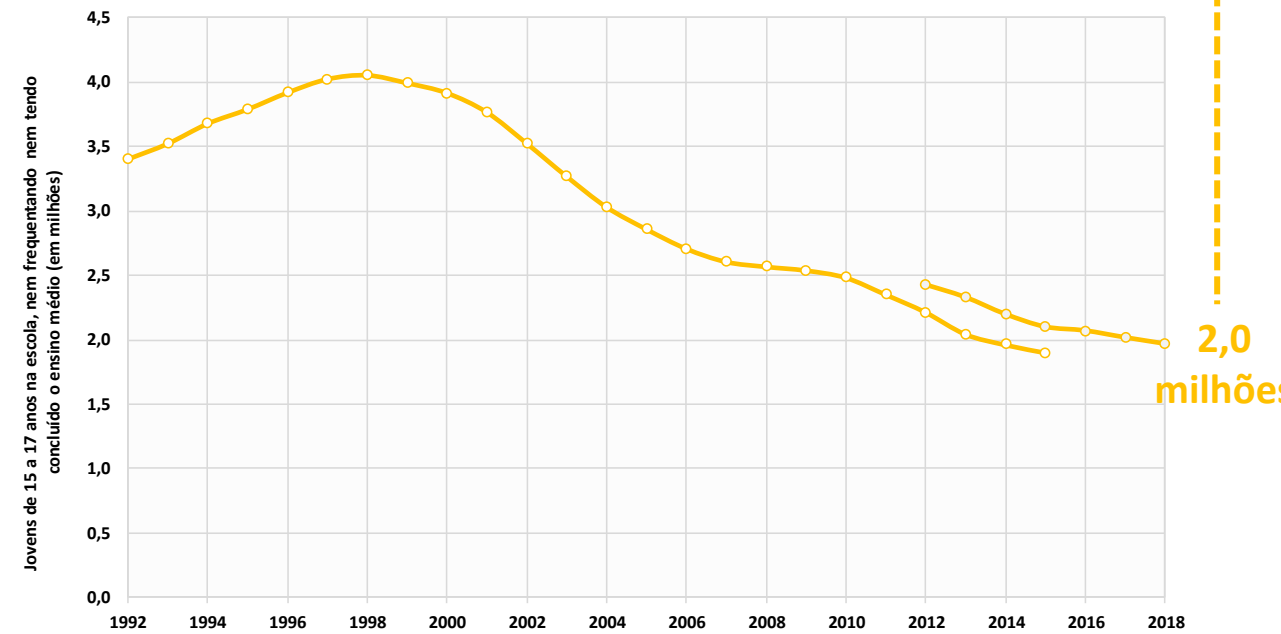
Em 2018 tínhamos 9,9 milhões de jovens de 15 a 17 anos. Desses, 2,0 milhões (20%) estavam na escola, mas nem frequentavam nem tinham concluído o ensino médio

Evolução da porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola, nem frequentando nem tendo concluído o ensino médio: Brasil, 1992 a 2018



20%

Evolução do número de jovens de 15 a 17 anos na escola, nem frequentando nem tendo concluído o ensino médio: Brasil, 1992 a 2018



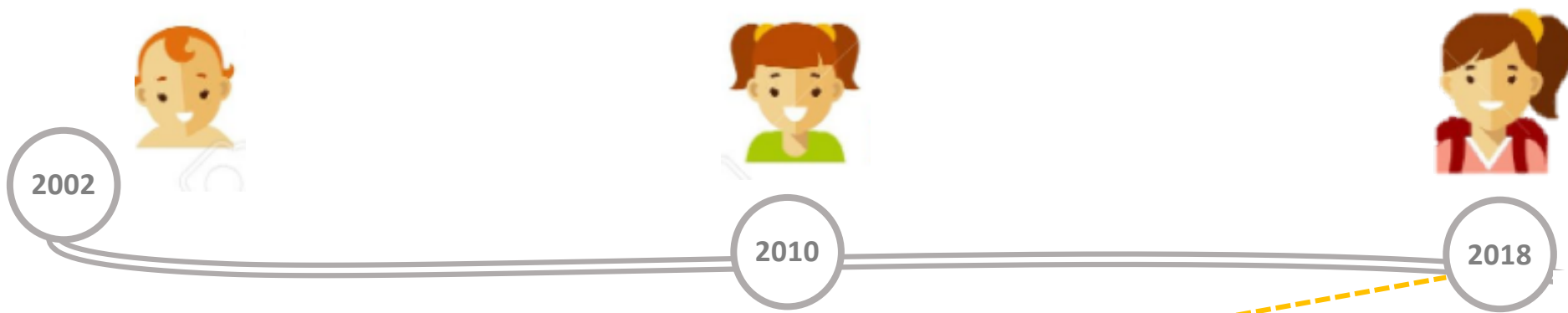
2,0 milhões

Fonte: FRM/INSPER/Oppe Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e nas Projeções da População do IBGE.

Notas: (1) Os valores anuais são referentes a média móvel entre o ano de referência, o ano anterior e o posterior. Para obter o valor referente ao ano de 1992 foram utilizados os valores de 1992 e 1993. Para obter o valor referente a 2018 foram utilizados os valores de 2017 e 2018. (2) Idade ajustada para 31 de março do ano de

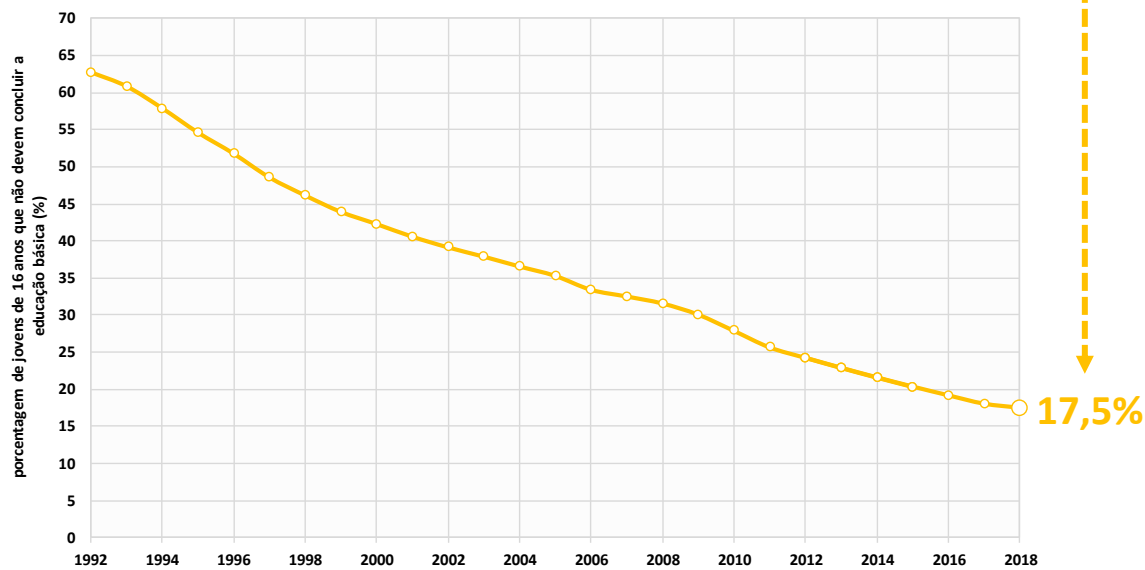
Fonte: FRM/INSPER/Oppe Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e nas Projeções da População do IBGE.

Notas: (1) Os valores anuais são referentes a média móvel entre o ano de referência, o ano anterior e o posterior. Para obter o valor referente ao ano de 1992 foram utilizados os valores de 1992 e 1993. Para obter o valor referente a 2018 foram utilizados os valores de 2017 e 2018.



Em 2018 tínhamos 3,3 milhões de jovens com 16 anos. Desses, 575 mil (17,5%) não devem concluir a educação básica

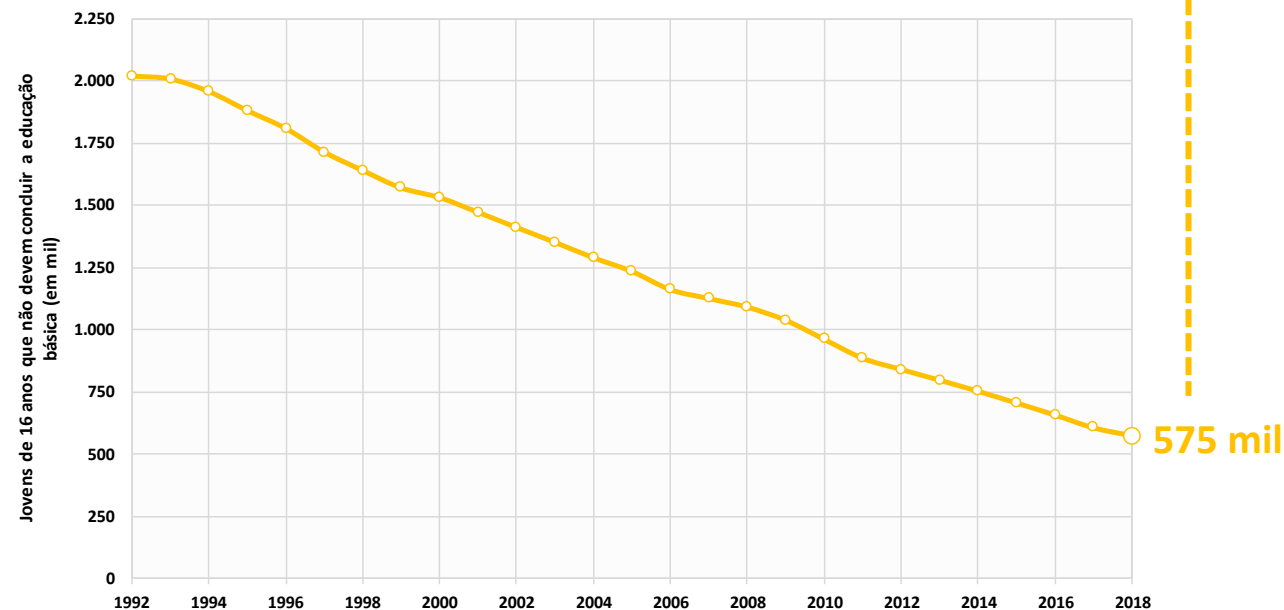
**Evolução da porcentagem de jovens de 16 anos que não devem concluir a educação básica: Brasil, 1992 a 2018**



Fonte: FRM/INSPE/Oppe Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Notas: (1) Os valores anuais são referentes a média móvel entre o ano de referência, o ano anterior e o posterior. Para obter o valor referente ao ano de 1992 foram utilizados os valores de 1992 e 1993. Para obter o valor referente a 2018 foram utilizados os valores de 2017 e 2018. (2) A idade dos jovens se refere a que tinham em 31 de março do ano de referência.

**Evolução do número de jovens de 16 anos que não devem concluir a educação básica: Brasil, 1992 a 2018**



Fonte: FRM/INSPE/Oppe Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e nas Projeções da População do IBGE.

Notas: (1) Os valores anuais são referentes a média móvel entre o ano de referência, o ano anterior e o posterior. Para obter o valor referente ao ano de 1992 foram utilizados os valores de 1992 e 1993. Para obter o valor referente a 2018 foram utilizados os valores de 2017 e 2018. (2) A idade dos jovens se refere a que tinham em 31 de março do ano de referência.

## Número e prevalência da situação dos jovens de 15 a 17 anos com relação à frequência à escola e frequência e conclusão da educação básica: Brasil, 2018

Situação do jovem (jovens...)	Valor absoluto (em milhões)	Prevalência (%)
fora da escola, sem ter concluído a educação básica	0,9	9,2%
na escola, nem frequentando nem tendo concluído o ensino médio	2,0	20%
fora do ensino médio, sem tê-lo concluído	2,9	29%
que não <b>devem</b> concluir a educação básica	1,7	17%
que não <b>devem</b> concluir a educação básica na idade certa	3,3	33%
na escola, frequentando o ensino médio	6,1	61%
já tendo concluído a educação básica	0,9	9%
frequentando o ensino médio ou já tendo concluído a educação básica	7,0	71%
na escola ou já tendo concluído a educação básica	9,0	91%
que <b>devem</b> concluir a educação básica	8,1	83%
que <b>devem</b> concluir a educação básica na idade certa	6,6	67%
<b>Total</b>	<b>9,9</b>	<b>100%</b>

Fonte: FRM/INSPE/Oppen Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e nas Projeções da População (IBGE).

Nota: (1) Os valores anuais são referentes a média móvel entre o ano de referência, o ano anterior e o posterior. Para obter o valor referente a 2012 foram utilizados os valores de 2012 e 2013. Por sua vez, para obter o valor referente a 2018 foram utilizados os valores de 2017 e 2018. (2) Idade ajustada para 31 de março do ano de referência.

# Pandemia

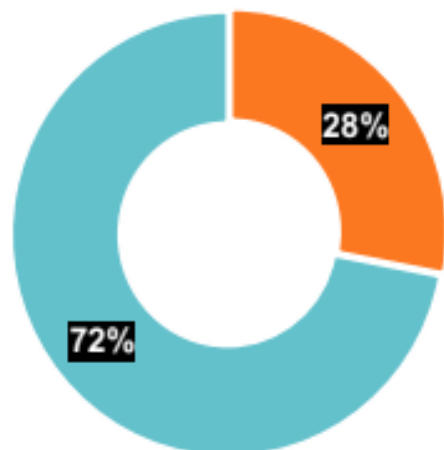
## PESQUISA JUVENTUDES E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

PESQUISA  
JUVENTUDES E A PANDEMIA  
DO CORONAVÍRUS

RELATÓRIO DE RESULTADOS  
JUNHO DE 2020

\_As barreiras para a continuidade dos estudos são tamanhas que, questionados sobre a volta às aulas após o fim do isolamento social, 3 a cada 10 jovens confessam que já pensaram em não retornar.

### >> Volta às aulas



■ Já pensou em não voltar ■ Vai voltar

	15 a 18	19 a 24	25 a 29
Já pensou em não voltar	24%	29%	30%
Vai voltar	76%	71%	70%

Quanto mais velhos, mais jovens pensam em deixar os estudos. Mas chama atenção a elevada proporção de jovens em idade escolar obrigatória que declaram ter pensado em parar.

“Eu fui entrevistar os alunos que desistiram de estudar e, nessas entrevistas, eu vi muita sinceridade no olhar desses jovens onde eles diziam que tinha vontade de estudar, tinha vontade de conseguir um futuro melhor, mas a sua situação financeira obrigava a trabalhar para ajudar o sustento de casa. Então, eles tinham essa escolha ou continuo a trabalhar ou se não vou passar necessidades com minha família, sabe.”  
(Jovem em oficina de PerguntAção)

# Quais são as consequências?

**11 mil** homicídios a menos, caso todos os jovens concluíssem a educação básica

**R\$50 mil por jovem**

**D. Cultura de Paz**



**R\$159 mil por jovem**

**A. Empregabilidade e Remuneração**



**37% a menos** do que receberia se concluísse a educação básica

**R\$131 mil por jovem**

**B. Longevidade e Qualidade de Vida**



**3 anos** de vida a menos

**R\$395 mil por jovem**



**C. Externalidades econômicas**

Uma contribuição ao crescimento econômico **26% menor** do que ocorreria caso concluísse a educação básica

**R\$54 mil por jovem**

Mas, quanto vale **R\$395 mil** por jovem evadido?

Uma renda de **R\$1 mil por mês** para sempre, para quem tem uma taxa de desconto de 3% ao ano, equivale a:

$$12 \times \text{R}\$1\text{mil} / 3\% = \text{R}\$400 \text{ mil}$$

Quando a taxa de mortalidade é levada em consideração, **R\$1 mil por mês** a partir dos 25 anos passa a ser equivalente a **R\$298 mil**.

Assim, considerando a taxa de mortalidade **R\$395 mil** é equivalente à uma renda mensal vitalícia de **R\$1.325**



# Mas, quanto *custaria* levar um jovem a *concluir* a educação básica?

O custo da evasão por jovem é de **R\$395 mil!**



Segundo o *Inep* o investimento público direto por estudante por série de educação média é de **R\$7,5 mil**.



Um jovem que não irá concluir a educação básica em média ainda precisa alcançar **3,6 séries**.



Logo, caso esse estudante (que não deve concluir a educação básica) concluísse essas séries faltantes sem repetência, o custo adicional seria de

$$3,6 \times \text{R}\$7,5\text{mil} = \text{R}\$27 \text{ mil}$$



Supondo que as chances desse aluno repetir ou que o custo da sua educação sejam mais elevados, vamos supor que ele vá levar o equivalente a **5 anos** para concluir as **3,6 séries** que faltam (o que equivale a um custo quase **40% maior**)



Nesse caso, levá-lo a concluir a educação básica custaria:

$$5 \times \text{R}\$7,5\text{mil} = \text{R}\$37,5 \text{ mil}$$

que equivale a menos do que **1/10** da perda (**R\$395 mil**) de não concluir.

# DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE RETOMADA DO ENSINO PRESENCIAL E DAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO DAS PERDAS

***A. PRIORIDADE ABSOLUTA DEVE SER DADA AO COMBATE  
À EVASÃO***

***B. NÃO IGNORAR OS DÉFICITS ACUMULADOS DE  
APRENDIZADO. APRENDIZADO É MAIS IMPORTANTE  
QUE PROGRESSÃO***

## Custo do Fechamento das Escolas: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Unidade da federação ou região	PIB (R\$ bilhões por ano) [2017]	Total de matrículas (mil)	Custo por estudante de manter a entrada no mercado de trabalho imutável com prejuízo de um ano de escolaridade (R\$ mil por estudante)	Custo total de manter a entrada no mercado de trabalho imutável com prejuízo de um ano de escolaridade (R\$ bilhões)	Custo total como porcentagem do PIB (%)	Custo por estudante de entrar um ano depois no mercado de trabalho sem prejuízo da escolaridade (R\$ mil por estudante)	Custo total de entrar um ano depois no mercado de trabalho sem prejuízo da escolaridade (R\$ bilhões)	Custo total como porcentagem do PIB (%)
Brasil	6.583	15.176	28,5	432	7%	8,5	130	2,0%



-R\$20 mil por estudante

## Custo do Fechamento das Escolas: Anos Finais do Ensino Fundamental

Unidade da federação ou região	PIB (R\$ bilhões por ano) <i>[2017]</i>	Total de matrículas (mil)	Custo por estudante de manter a entrada no mercado de trabalho imutável com prejuízo de um ano de escolaridade (R\$ mil por estudante)	Custo total de manter a entrada no mercado de trabalho imutável com prejuízo de um ano de escolaridade (R\$ bilhões)	Custo total como porcentagem do PIB (%)	Custo por estudante de entrar um ano depois no mercado de trabalho sem prejuízo da escolaridade (R\$ mil por estudante)	Custo total de entrar um ano depois no mercado de trabalho sem prejuízo da escolaridade (R\$ bilhões)	Custo total como porcentagem do PIB (%)
Brasil	6.583	12.008	31,0	372	6%	9,3	112	1,7%

→  
-R\$22 mil por estudante

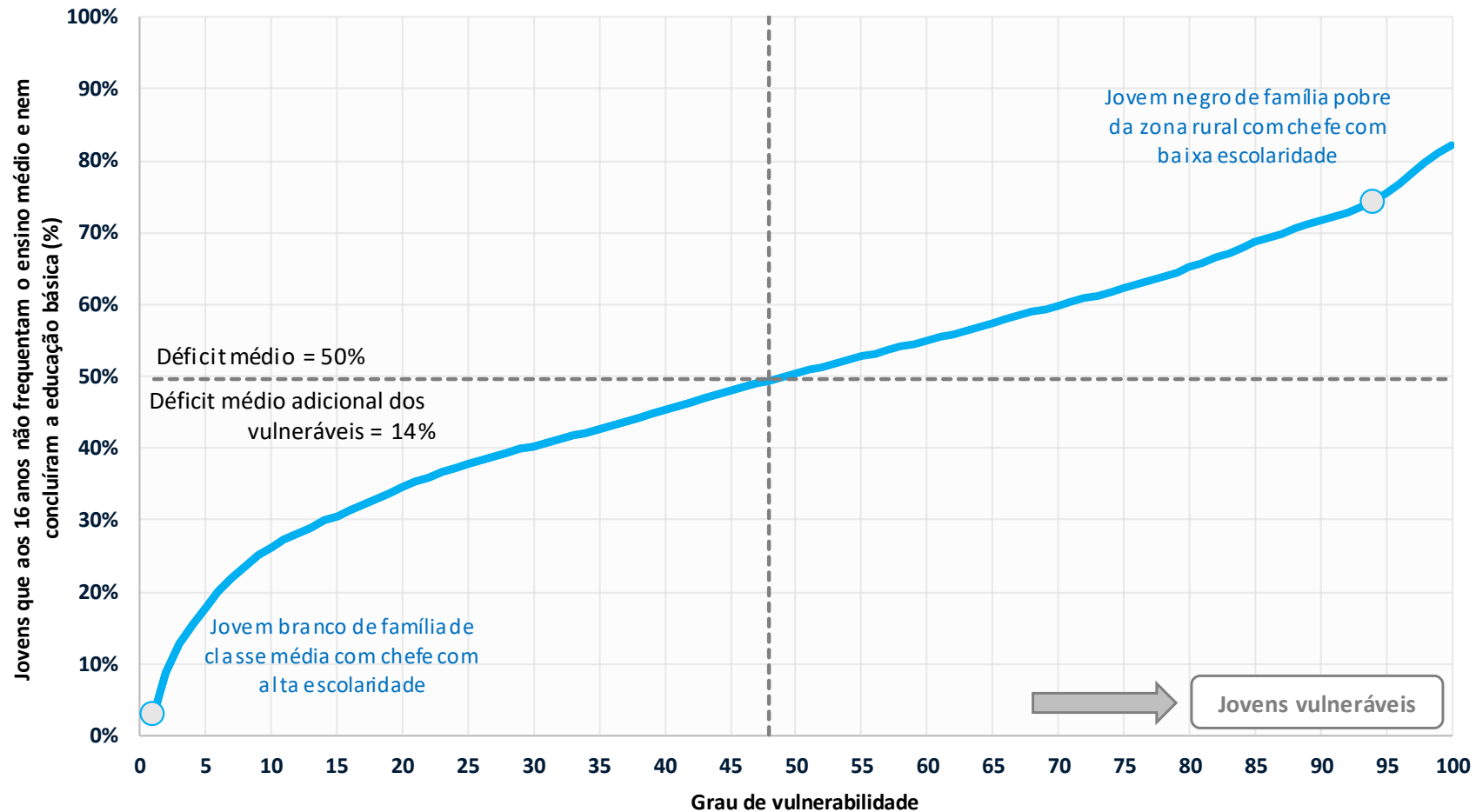
# DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE RETOMADA DO ENSINO PRESENCIAL E DAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO DAS PERDAS

**A. PRIORIDADE ABSOLUTA DEVE SER DADA AO COMBATE  
À EVASÃO**

**B. NÃO IGNORAR OS DÉFICITS ACUMULADOS DE  
APRENDIZADO. APRENDIZADO É MAIS IMPORTANTE  
QUE PROGRESSÃO**

**C. IMPORTÂNCIA DE COMBATER A ELEVADA  
DESIGUALDADE EDUCACIONAL, QUE DEVE TER SIDO  
EXACERBADA PELA EDUCAÇÃO REMOTA**

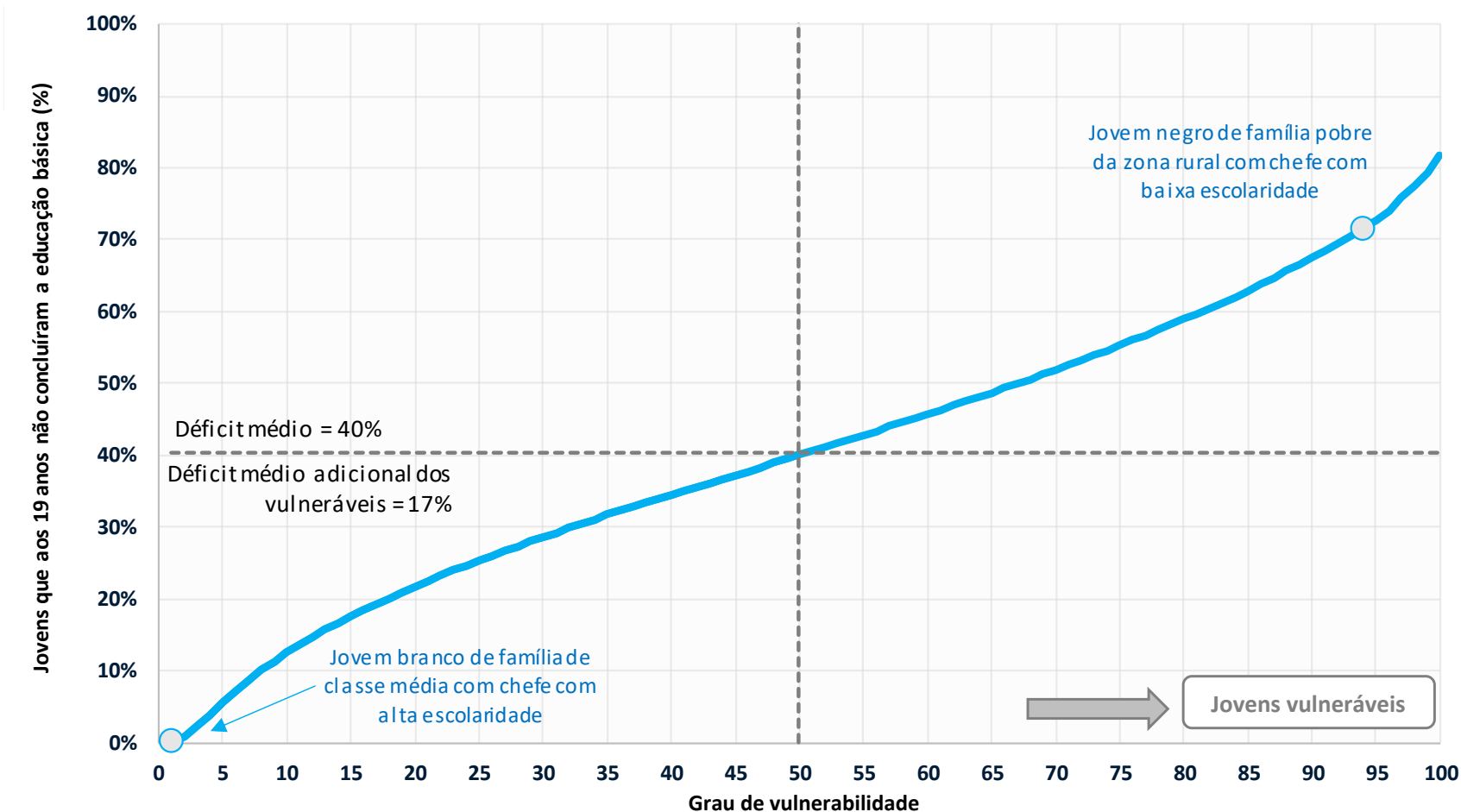
## Relação entre o grau de vulnerabilidade socioeconômica e a probabilidade de um jovem não estar frequentando o ensino médio e nem ter concluído a educação básica aos 16 anos: Brasil, 2018



Fonte: FRM/INSPER/Open Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE.

Nota: O grau de vulnerabilidade é um indicador composto obtido ponderando-se as seguintes características: gênero, cor, escolaridade do chefe do domicílio, renda per capita domiciliar e localização do domicílio (urbano ou rural). O indicador é igual ao valor predito da probabilidade do jovem não estar frequentando ensino médio e nem ter concluído a educação básica, dada as suas características. Esse valor predito é obtido de uma regressão logística.

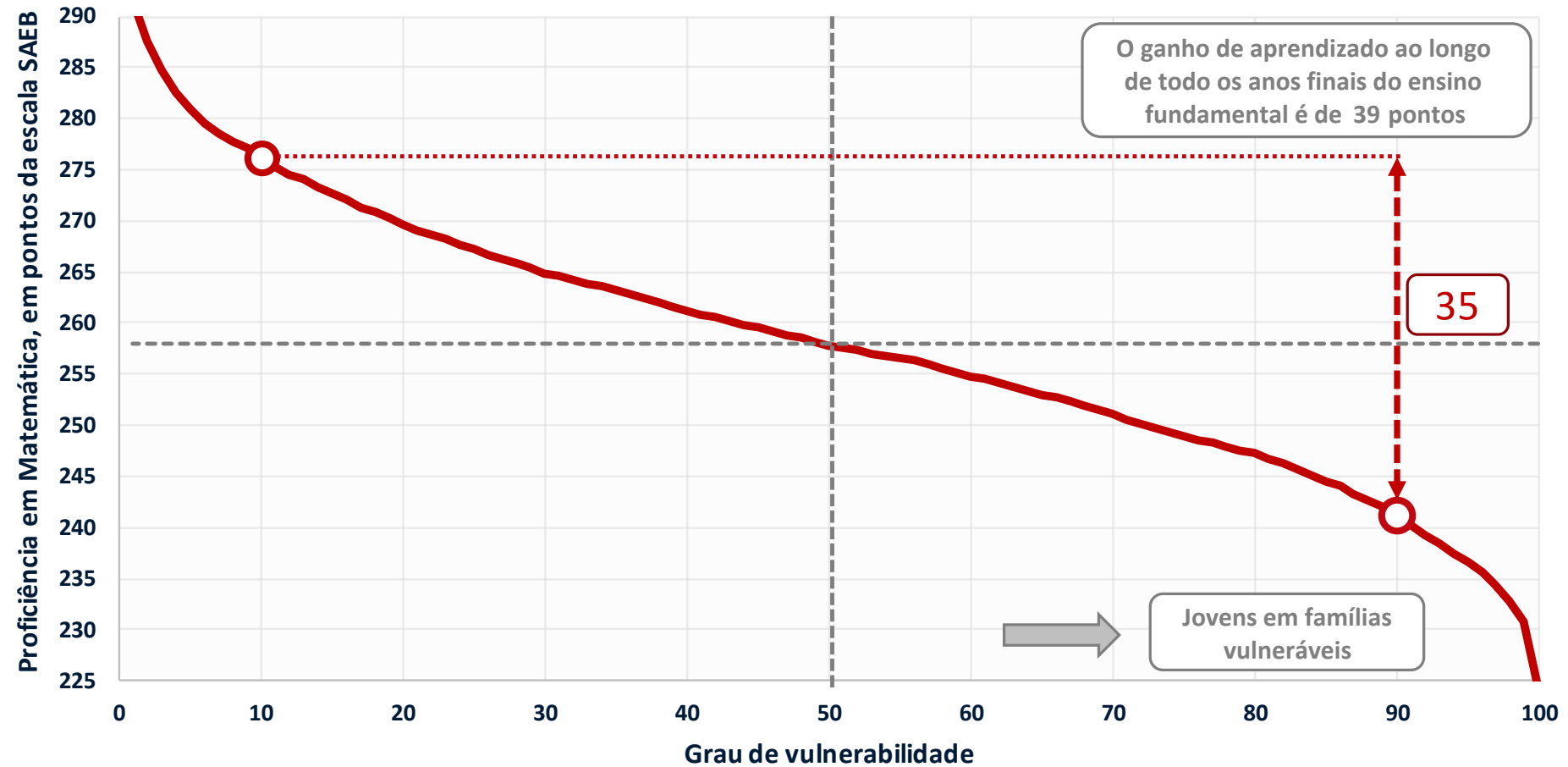
## Relação entre o grau de vulnerabilidade socioeconômica e a probabilidade de um jovem ainda não ter concluído a educação básica aos 19 anos: Brasil, 2018



Fonte: FRM/INSPER/Oppen Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE.

Nota: O grau de vulnerabilidade é um indicador composto obtido ponderando-se as seguintes características: gênero, cor, escolaridade do chefe do domicílio, renda per capita domiciliar e localização do domicílio (urbano ou rural). O indicador é igual ao valor predito da probabilidade do jovem não ter concluído a educação básica, dada as suas características. Esse valor predito é obtido de uma regressão logística.

## Relação entre o grau de vulnerabilidade socioeconômica da família e a proficiência em Matemática no 9º ano do Ensino Fundamental: Rio Grande do Sul 2017



Fonte: IAS/INSPER/OPE Sociais com base nos microdados do SAEB.

# OS TRÊS GRANDES PILARES DA POLÍTICA SOCIAL

**I. OPORTUNIDADE PARA DESENVOLVER  
COMPETÊNCIAS E TER ESSAS  
COMPETÊNCIAS RECONHECIDAS**

**Reinserção produtiva da  
força de trabalho**



**II. OPORTUNIDADE PARA UTILIZAR  
PRODUTIVAMENTE AS COMPETÊNCIAS  
ADQUIRIDAS**

**III. GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS,  
RENDA MÍNIMA E NECESSIDADES  
BÁSICAS SATISFEITAS**

# 1. *Direitos Sociais e Autonomia Econômica*

*O Artigo 6º da Constituição assegura a todos uma série de direitos sociais. Tão importante quanto esse dispositivo constitucional é o direito à **autonomia econômica**: capacidade de cada um satisfazer suas próprias necessidades e desejos com base em recursos próprios. Apenas oportunidades para uma inclusão produtiva adequada e de qualidade são capazes de assegurar a autonomia econômica.*

## 2. *Natureza Idiossincrática da Pobreza*

*Embora o conceito de pobreza possa ser universal, as **causas** são invariavelmente **idiossincráticas**. Assim, o combate à pobreza precisa ser localmente customizado. Embora os programas que irão beneficiar os pobres possam ser nacionais, cada comunidade e cada família na comunidade, na sua rota de saída da pobreza, precisará utilizar os programas e oportunidades existentes em dosagens e combinações diferenciadas.*

### **3. Atendimento Individualizado e Resolutivo I**

*Dada a natureza **idiossincrática** da pobreza, a inclusão produtiva de cada família requer a articulação de suas necessidades com a oferta de serviços em sua comunidade.*

*Essa articulação requer informação qualificada tanto sobre os **entraves** que estão causando a pobreza da família como sobre o **leque de oportunidades** e serviços disponíveis na comunidade.*

*Por isso, toda família requer a assistência de um **agente de desenvolvimento familiar**.*

### 3. *Atendimento Individualizado e Resolutivo II*

*Esse agente precisa:*

- (a) ter **conhecimento** de toda a **oferta local** de serviços públicos (estatais e oferecidos pela sociedade civil),*
- (b) ter a **capacidade** analítica para **identificar** em parceria com a família as **causas da pobreza** da família e*
- (c) ter **governança sobre o acesso** aos serviços locais, de tal forma que possa não apenas orientar a família sobre o que ela precisa e o que está disponível, mas também ter a capacidade de efetivamente garantir a ela acesso prioritário ao que necessita.*

## 4. *Monitoramento e Incentivos*

*A cada agente de desenvolvimento é necessário garantir não só resolutividade, mas também incentivos para que busquem ativamente essa resolutividade.*

*Assim, o desempenho de cada agente não pode ser definida com base em quantas famílias atende, mas com base em **quantas famílias deixou de atender.***

*É necessário dar incentivos ao agente para que ele não só acompanhe o desenvolvimento das famílias que atende, mas que ativamente incentive que esse desenvolvimento efetivamente ocorra.*

## **5. *Agente de Desenvolvimento Local I***

*Num primeiro momento as famílias são atendidas utilizando os serviços disponíveis.*

*Ao longo do processo, no entanto, os agentes ficam crescentemente conscientes sobre quais serviços precisariam ter sua oferta expandida, quais precisariam ter sua qualidade aprimorada, e quais precisariam ser redesenhados para que fiquem mais adequados à natureza das necessidades das famílias locais.*

*Para planejar esses ajustes na oferta local de serviços é necessário contar com um **agente de desenvolvimento local***

## 5. *Agente de Desenvolvimento Local II*

*Em algumas comunidades existem amplas oportunidades para inclusão produtiva, com a pobreza resultando de impedimentos ao acesso ao que já está disponível.*

*Em outras situações, no entanto, a erradicação da pobreza requer ações coletivas como a implantação de arranjos produtivos ou cooperativas.*

*Em todo caso, é necessário contar com **agentes de desenvolvimento local**, além dos agentes de desenvolvimento familiar*

## **6. Disponibilidade e qualidade das oportunidades de inclusão produtiva I**

*A resolutividade dos agentes de desenvolvimento depende da quantidade e qualidade das oportunidades locais de inclusão produtiva:*

- 1. Criação de um melhor ambiente de negócios, flexibilização contratual, acolhimento das novas formas de trabalho.*
- 2. Acolhimento dos fluxos migratórios revertidos.*
- 3. Intermediação de mão de obra, com participação privado na provisão pública*

## **6. Disponibilidade e qualidade das oportunidades de inclusão produtiva II**

*A resolutividade dos agentes de desenvolvimento depende da quantidade e qualidade das oportunidades locais de inclusão produtiva:*

- 4. Certificação de competências e subsídio a formação profissional para trabalhadores com trabalho*
- 5. Assistência técnica em: (i) segurança sanitária, (ii) reestruturação técnica, (iii) gestão organizacional, financeira e tributária, (iv) comercialização, (v) implantação de arranjos produtivos locais, cooperativas e outras formas de economia solidária*